

A anatomia do escândalo mediático: visibilidade, silêncios e pragmática nos *mass media*

Hélder Prior

Universidade da Beira Interior / LabCom.IFP

E-mail: helder.prior@gmail.com

Resumo

O seguinte ensaio procura analisar a reconfiguração e reconstrução social do fenómeno do escândalo político nos *media*. Procuraremos indagar aspectos da comunicação mediatizada que convertem o escândalo num acontecimento seleccionado, enquadrado e moldado pelo *dispositivo mediático de informação*. A primeira parte do artigo refere-se a um es-

forço teórico sobre a conceptualização do escândalo político. Posteriormente, aludimos acerca do papel dos *media* na reconfiguração narrativa do acontecimento e na utilização de recursos linguísticos, retóricos e expressivos inerentes ao escândalo enquanto artefacto mediático.

Palavras-chave: escândalo político; personalização; efeitos de sentido.

Abstract

The following essay seeks to analyze the media reconstruction and the social representation of the political scandal as a media event. We will examine aspects of the media communication that convert scandal into a media event, that is, into a selected event,

framed and constructed by the media. The first part of this research amount to a theorizing effort about political scandal. The empirical illustration will seek to assess the use of linguistic, rhetorical and significant resources inherent to scandal as a media artifact.

Keywords: political scandal; personalization; meaning effects.

Introdução

NÃO é, certamente, despropositado iniciar esta reflexão sobre a anatomia do escândalo mediático referindo que a vida pública contemporânea encontra-se, definitivamente, fustigada por uma sucessão de escândalos, sobretudo de escândalos *financeiros* e de *poder*. Nesta era de grande

Data de submissão: 31/05/2017. Data de aprovação: 30/06/2017.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



visibilidade pública, o escândalo converteu-se num fenómeno incontornável da vida social e política das democracias liberais, de tal forma que, devido à proliferação de denúncias que redundam em escândalos, parece que o público já não se *escandaliza* com quase nada. Poderíamos ser tentados a considerar que a actualidade e proliferação dos escândalos políticos se devem a um declínio dos códigos morais e das convenções que regem o exercício do poder. Todavia, a proeminência do escândalo na era hodierna está essencialmente relacionada com a intersecção e imbricação das esferas da comunicação e da política e com evidentes transformações da esfera pública, de onde se destacam, a transformação da publicidade ou visibilidade do poder, o surgimento das modernas tecnologias de vigilância e controlo, a afirmação do jornalismo como campo autónomo, institucional e vigilante do poder político, a institucionalização de procedimentos judiciais e parlamentares que regem as democracias e o controlo do poder público, a mediatização da esfera política e dos seus actores, a personalização do debate público, mas também a diluição das fronteiras seculares entre a esfera pública e a esfera privada, algo que, como se sabe, é bastante visível no “novo ecossistema mediático”.

O escândalo político resulta, em muitos casos, na revelação e exploração de episódios de perversão do poder público, concedendo, por exemplo, visibilidade a situações de corrupção, a patologias ou a disfunções do sistema democrático. Porém, noutras situações aquilo que sobressai é o papel dos meios de comunicação, particularmente do campo do jornalismo político, na investigação, publicitação ou exposição, julgamento moral e, não menos importante, enquadramento e reconfiguração de um acontecimento que se desenvolve como uma trama mediática que se reconfigura nos dispositivos de mediação simbólica.

Numa era que se articula em redor da visão e seus respectivos corolários, visibilidade mediatizada, observação e exposição, o comportamento público e privado dos dirigentes políticos está sob intensa observação e escrutínio e é, também, por isso, que o escândalo ainda não perdeu a sua capacidade de afectar carreiras políticas e de desequilibrar o sistema político, o sistema mediático e o próprio sistema social. É verdade que o desenvolvimento do moderno Estado Constitucional e o surgimento de uma “opinião pública” interventiva e vigilante do poder, uma opinião pública que, pelo menos normativamente, se constituiu como “o soberano secreto e a autoridade invisível da esfera política”, como uma “espécie de árbitro do domínio político”, o “poder invisível do visível”, nas palavras de Niklas Luhmann (Luhmann, 2006, p. 67) limitaram a opacidade do poder em muitos aspectos. De certa forma, estabeleceram-se as condições que possibilitam que os indivíduos se dediquem a cargos políticos e também as condições através das quais esses indivíduos podem ser destituídos desses mesmos cargos, ao mesmo tempo que se criaram, por exemplo, as comissões parlamentares de inquérito e órgãos judiciais que, em princípio, actuam com relativa independência face ao poder executivo. Por conseguinte, podemos referir que a actividade política se tornou mais visível e transparente, mas isso não significa que não se tenham formado novas formas de “poder invisível” capazes de actuar nos bastidores da esfera política. Formas ocultas de poder que se podem desenvolver de diferentes modos e proliferar numa grande variedade de contextos. Em alguns casos, podem implicar a existência de redes de poder ou influência, redes

que se estendem ao sector empresarial e económico, como os escândalos *Lava Jato*¹, no Brasil ou a *Operação Marquês*² em Portugal demonstram, e que acabam por perverter a democracia, convertendo-a numa *cleptocracia*.

Noutras situações, podem implicar a existência de pequenos grupos de indivíduos que mais do que representar os interesses da população, num contexto de representação política propriamente dito, representam interesses partidários, interesses de classe, interesses obscuros ou individuais, numa *representação de interesses* parciais que não se coaduna com o interesse geral e com a definição da democracia como o governo do poder visível, como o governo do poder público que age em público, que actua à vista de todos e que pode ser escrutinado pelos cidadãos. Não foi por acaso que Norberto Bobbio (1997) apontou a transparência do poder como uma das promessas não cumpridas pela democracia.

Todavia, não devemos encarar o escândalo político numa perspectiva “apocalíptica”, isto é, como um fenómeno colonizador do espaço público e responsável pelo seu empobrecimento.³ Os escândalos são, muitas vezes, tratados como acontecimentos frívolos ou superficiais, relacionados com o sensacionalismo informativo ou com o carácter agonístico da vida político-partidária, não obstante o facto de se constituírem como uma oportunidade privilegiada para compreender a natureza da vida pública das democracias contemporâneas e a própria conformação do espaço público moderno.

A natureza do Escândalo Político: *publicidade*, silêncios e disfunções da Democracia

O estudo do escândalo representa uma oportunidade para compreender a anatomia dos sistemas políticos, a sua configuração, os seus procedimentos e rituais institucionais, os comportamentos que o sistema permite ou reprova, a relação deste com o sistema dos meios de comunicação e as idiossincrasias culturais e sociais onde o acontecimento ocorre. O escândalo político é sempre um acontecimento contextualizado, resultante de um entranhado social e institucional, da rede de relações de poder, da existência de normas e convenções comumente partilhadas e de um sistema de *media* relativamente autónomo e independente face ao poder político e que denuncia os seus desvios, as suas disfunções, ainda que o faça selectivamente e recorrendo a determinados enquadramentos e esquemas enunciativos que moldam e enformam o acontecimento.

Apesar de se constituir como um evento extraordinariamente actual, o escândalo tem uma tradição secular, comprovada, de resto, pela própria etimologia do conceito oriunda das escrituras

1. Operação policial e judicial que visa investigar crimes de branqueamento de capitais, tráfico de influências, suborno, corrupção, financiamento ilícito de campanhas eleitorais, obstrução da justiça e desvio de dinheiro público de grandes empresas, sobretudo da petrolífera *Petrobras*. Desenvolvi o caso no seguinte artigo: *Escândalo Político e Narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato*, disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/28191>.

2. Processo judicial que iniciou em 2014 que investiga políticos, empresários e banqueiros, tendo como principal protagonista o ex-primeiro ministro José Sócrates, acusado de corrupção passiva.

3. Esta interpretação do escândalo pode ser inspirada nos trabalhos dos teóricos da escola de Frankfurt. Apesar de não abordarem explicitamente o fenómeno do escândalo político, autores como Habermas consideram que o campo dos *media* foi colonizado pelos valores do entretenimento que substituíram o debate racional e crítico característico do espaço público burguês.

sagradas. A palavra grega *skándalon* foi originalmente utilizada para designar uma “ocasião de tropeço”, uma “armadilha” ou um momento de fraqueza, de “queda no erro”, que pode conduzir à “queda” ou à “ruína”.⁴ De acordo com o *Antigo Testamento*, a expressão refere uma conduta pecaminosa, uma “indignação produzida pelos maus exemplos” (Figueiredo, 1996, p. 1015).⁵

Não obstante, o conceito acabou por adquirir uma conotação vincadamente sociológica passando referir uma ofensa às normas e valores sociais, a transgressão ou desprezo por essas normas, ou um comportamento reprovável que pode lesar a reputação dos indivíduos implicados nesse comportamento. Na actualidade, o escândalo tem sido compreendido quer como uma acção que viola determinados preceitos éticos, morais, sociais, culturais ou políticos, quer como a indignação ou resposta pública produzida por essa violação por parte da “opinião pública”. Os politólogos Markovits e Silverstein (1988), por exemplo, definem o conceito como uma violação de procedimentos normativos que regulam o exercício do poder nas democracias liberais, procedimentos que definem o jogo político como sendo “público”, no sentido de visível e por oposição aos *arcana imperii*, e “acessível”. Os autores sublinham que o escândalo político resulta da intersecção entre a lógica do poder, tendencialmente “secreta” e “exclusiva”, e a lógica dos “procedimentos normativos” que regula o exercício do poder político nas democracias liberais, necessariamente “visível”, “pública” e “inclusiva” (Markovits; Silverstein, 1988, p. 7). Vejamos a conceptualização proposta pelos autores:

Geralmente, um período de normalidade é perturbado por um acontecimento imprevisto. Inicialmente confinado a um pequeno número de participantes activos, o transgressor e a vítima imediata, o acontecimento sai da esfera restrita mediante o esforço de um terceiro elemento, muitas vezes denominado de purificador. Na terceira fase, o acontecimento torna-se público e são feitas exigências de punição e restituição. A quarta fase do escândalo compreende um processo de reafirmação que implica a punição dos transgressores e a discussão de reformas. O ciclo fica completo quando a normalidade é reposta, incorporando as reformas destinadas a proteger o sistema de transgressões similares no futuro.⁶

Segundo os autores, o escândalo desenvolve-se de modo vivo e intenso na esfera pública, obedecendo a um ciclo e a uma lógica temporal que pode, inclusivamente, influenciar a configuração do sistema político onde ocorre. Markovits e Silverstein acreditam que os escândalos políticos só podem ser compreendidos mediante a apreciação das ambiguidades que dizem respeito ao exercício do poder político nas democracias liberais. Como, em nenhum outro sistema político, a separação entre o público e o privado é tanto visível quanto essencial para a vitalidade do sistema,

4. “Não tornemos, pois, a julgar-nos uns aos outros, julgai antes que não se deve proporcionar ocasião de tropeço ou de queda a um irmão” (Carta aos Romanos, 14:13).

5. Conforme a Bíblia (São Lucas, 7:23; Isaías, 8:15).

6. “Typically, a period of normalcy is disturbed by an unusual event. Initially confined to a small circle of active participants, the transgressor and the immediate victim, the event “takes off” through the efforts of a third party, often the purifier. In the third stage, the event becomes public and demands are made for punishment and restitution. Stage four comprises the process of reaffirmation in which transgressors are punished and reforms are instituted. The cycle is completed when normalcy is again restored, incorporating the reforms designed to safeguard the system from similar transgressions in the future”. Cf. Andrei S. Markovits., Mark Silverstein, *The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1988. p. 3.

os autores concluem que “os escândalos políticos apenas podem ocorrer nas democracias liberais” (Markovits & Silverstein, 1988, p. 5).⁷

Para um autor como Fernando Jiménez Sánchez, o escândalo político tem o seu lugar na contemporaneidade através da ideia de representação política, que vincula o representante ao representando, consubstanciada na percepção da responsabilidade política e social do representante. “O escândalo põe em causa a confiança social ou a representatividade sobre a qual assenta a autoridade do agente político implicado” (Sánchez, 1995, p. 24), refere. Como o representante deve prestar contas ao representado, estabelece-se uma relação entre o princípio representativo e a ideia de questionamento inerente ao representante. É, deste modo, que o escândalo político se vincula à ideia de opinião pública, sobretudo porque não pode haver uma reprovação pública de um determinado comportamento se não estiverem garantidos os princípios constitucionais, parlamentares ou jornalísticos de escrutínio que regulam o normal funcionamento do sistema liberal democrático.

Se, como defende o autor espanhol, a interpretação do escândalo político pode ser feita a partir da reprovação pública inerente à transgressão, o escândalo político poder-se-á definir como uma “reação da opinião pública contra um agente político responsável por uma conduta que contempla o abuso de poder ou a violação da confiança social sobre a qual se baseia a posição de autoridade que mantém, ou pode vir a manter, tal agente” (Sánchez, 1995, p. 23). Segundo esta perspectiva analítica, o escândalo consiste numa manifestação particular da opinião pública que se consubstancia quer na manifestação pública de indignação, quer na perda da confiança social que havia sido depositada na figura do agente político. Neste ponto, e focando especial atenção no comportamento desviante que gerou uma manifestação pública de reprovação ou de indignação, o escândalo político é encarado como uma forma de controlo social face às “patologias” políticas, permitindo a regulação e a adaptação constantes da sociedade e das instituições. Como os escândalos políticos a que nos referimos são, de facto, anomias, no sentido em que representam uma clara violação dos limites comportamentais a que devem obedecer os líderes políticos, o estudo do escândalo, do ponto de vista patológico, permite compreender as configurações institucionais e os processos amorais e sociais que explicam a regulação e a integração da sociedade.

Em *Political Scandal: power and visibility in the media age*, o sociólogo John B. Thompson contribui para a sistematização do conceito ao sublinhar que o escândalo implica certas formas de transgressão que são conhecidas por indivíduos não implicados nas infracções, violações ou derrogações suficientemente graves ou sérias para gerar uma resposta pública de censura ou indignação. De acordo com o autor, o acontecimento apresenta as seguintes características: I) o escândalo implica a transgressão de valores, normas ou códigos morais; II) o escândalo implica um certo nível de segredo sobre essa transgressão, segredo que, no entanto, é desvelado por indivíduos que não estão directamente implicados, definidos como “não participantes”; III) alguns “não participantes” reprovam essas acções ou acontecimentos e podem sentir-se ofendidos ou *escandalizados*; IV) alguns “não participantes” expressam publicamente a sua desaprovação, tornando públicos os acontecimentos; V) a revelação das transgressões e a eventual condenação da opinião pública podem afectar a reputação dos indivíduos que se encontram no epicentro do escândalo

7. “Fundamentally, we believe that political scandals can only occur in liberal democracies. In no other political arrangement is the separation of the public and private realms so essential to the vitality of the political system”. Cf. Andrei S. Markovits., Mark Silverstein, *op.cit.*, p. 5.

(Thompson, 2001, p. 32). Nestas três definições podemos reconhecer duas perspectivas sobre o estudo do escândalo político: uma focada nas acções dos dirigentes políticos e na violação das normas que regem a actividade política; e uma outra que assume que sem indignação pública não pode haver escândalo e que, portanto, enfatiza as reacções de reprovação face a um determinado comportamento.

Ainda assim, é redutor considerar que o escândalo depende, exclusivamente, da existência de uma transgressão cometida por um dirigente político e da necessária resposta pública de indignação. A conformação do escândalo na esfera pública é decisivamente marcada pelas notícias sobre o acontecimento e pelo papel das elites políticas no estabelecimento da agenda mediática. Efectivamente, devemos considerar a existência de actores estratégicos e de membros de redes e de elites políticas que contribuem para promover ou, por outro lado, para silenciar os escândalos. É por isso que, de acordo com Robert Entman (2012), o escândalo político denota, assim, transgressões individuais cometidas por presidentes ou candidatos a cargos públicos que são publicitadas pelos *media* como um problema grave para a esfera política, um problema que deve ser investigado e, de alguma forma, remediado (Entman, 2012).

Deste modo, para catalogarmos um evento como sendo um escândalo político devemos ter em atenção três aspectos em particular: a duração da cobertura informativa; a proeminência dessa cobertura e a sua ressonância. A duração da cobertura é um bom indicador acerca da penetração do escândalo na consciência do público e na produção de reacções e respostas por parte de actores políticos e jornalistas. De outro modo, o acontecimento deve ser visível e proeminente nas manchetes dos jornais, nos textos dos editoriais, nos programas televisivos de informação e comentário político. Sem a necessária “amplificação mediática” e sem que a informação funcione como um o “jogo de espelhos”, o escândalo não poderá eclodir. Por fim, o escândalo deve ser enquadrado como tal, ou seja, mediante uma linguagem com forte carga simbólica, litúrgica, recorrendo a expressões culturais e morais, a imagens que conotam os indivíduos envolvidos como culpados ou responsáveis por condutas eticamente reprováveis e causadoras de um certo empobrecimento e depauperação da política. No fundo, o acontecimento deve ser enquadrado com um discurso moralizador por parte dos meios de comunicação, um discurso que reforce as normas e os valores entretanto violados, contribuindo para a homeostase societal entretanto quebrada. Controlando a duração, a proeminência e a ressonância da cobertura informativa, os agentes orgânicos do sistema mediático, os chamados *gatekeepers*, bem como as elites políticas e os grupos de pressão que influenciam esses agentes, contribuem para enfatizar, mediatizar e aumentar o impacto do escândalo ou, por outro lado, para silenciar, bloquear ou minimizar as consequências de um escândalo político mediante determinados interesses editoriais e estratégicos inerentes aos grupos de *media*.

Deste modo, podemos argumentar que o potencial de um escândalo mediático não está apenas relacionado com a gravidade da transgressão ou do comportamento reprovável do dirigente político, mas depende essencialmente do contexto criado pelo fluxo das notícias publicadas sobre o assunto e pelo papel das elites políticas e dos partidos face a esse comportamento. A propósito, Brendan Nyhan identifica duas variáveis independentes da transgressão que são particularmente importantes na criação de um clima favorável ao desenvolvimento de um escândalo mediático: a imagem que os partidos da oposição têm sobre o dirigente político em causa e a publicação de

notícias sobre outros assuntos que acabam por desviar as atenções face ao acontecimento (Nyhan, 2014, p. 439-440).

De facto, a cobertura mediática é o barómetro que indica a existência (ou o silenciamento) de um determinado escândalo político (Waisbord, 2004, p. 1079) e a nossa perspectiva é a de que o escândalo resulta de um processo de co-construção que envolve a imprensa, dirigentes políticos, grupos de pressão, autoridades policiais e judiciais, elites mediáticas e os partidos da oposição, que têm sempre algo a ganhar ao utilizarem o escândalo como arma política. Quando estas entidades promovem uma alegação sobre um comportamento desviante, o escândalo político tende a eclodir. Com efeito, o escândalo político pode ser interpretado como um processo socialmente construído que emerge quando o comportamento público ou privado de dirigentes políticos é interpretado, pelo campo da imprensa, pela esfera política ou pelas autoridades judiciais, como um comportamento que ofende normas morais, sociais ou institucionais e que, por isso mesmo, deve ser sancionado ou condenado.

A natureza pragmática do escândalo em acção

Analisando a configuração de um escândalo político operada pelo campo do jornalismo, constatamos que, na maioria dos casos, os escândalos são narrativas que se vão desenvolvendo e desdobrando em episódios nos meios de comunicação à medida que as hipotéticas transgressões são conhecidas, à medida que se identificam e posicionam as *dramatis personae* e, no caso de escândalos particularmente complexos, à medida que se descobrem novas revelações ou novas denúncias, as chamadas “transgressões de segunda ordem” (Thompson, 2001), que fazem com que de um escândalo originário se cheguem a outros escândalos ou sub-escândalos. Como se sabe, a máquina narrativa do *dispositivo mediático de informação* confere marcas enunciativas aos acontecimentos e a configuração do escândalo nos *media* não escapa à lógica de enquadramento, configuração e reconfiguração inerente aos dispositivos de mediação simbólica.

Com efeito, o escândalo desenvolve-se, literalmente, nos meios de comunicação mediante um processo de *mise en récit*, de “tessitura da intriga”, isto é, mediante a sucessão e enquadramento dos eventos e de acções desempenhadas por personagens jornalísticas, transformando o fenómeno numa “estória” inteligível, numa estória apreendida e experienciada pelo receptor. Isto significa que o sujeito narrador organiza os factos e os acontecimentos, ou os pseudo-factos ou pseudo-acontecimentos, com o objectivo de construir uma totalidade significativa e de, consequentemente, criar sentido. É a narratividade que ordena os acontecimentos dispersos do mundo da vida, que determina as suas conexões, que liga eventos e elementos heterogéneos. Como observa Paul Ricoeur em *Temps et Récit*, “as questões “quem”, “o quê”, “como”, “porquê” e outras estão já contidas na inteligência narrativa” (1985, p. 35) e, deste modo, a compreensão e explicação dos acontecimentos faz-se através da narratividade. Compete, portanto, ao narrador-jornalista organizar os antecedentes da estória, contextualizar a transgressão, posicionar os indivíduos que se encontram no epicentro das denúncias, recompor a serialidade, os episódios, as sequências do escândalo, aproximando, naturalmente, a reconstrução mediática do fenómeno à realidade, ao *referente ausente*.

O texto jornalístico é uma recriação linguística dos acontecimentos e o escândalo mediático, por ser normalmente um acontecimento complexo e disruptivo com uma estrutura temporal que pode ser bastante longa, obedece a um plano de organização estrutural que se caracteriza pela sucessão dos eventos de forma encadeada e naturalmente segundo estratégias enunciativas que organizam, contextualizam e instituem os acontecimentos que estão ou estiveram na base da sua eclosão.

Na sociedade da “civilização técnica” ocorre aquilo que Gianni Vattimo apelida de “fabulação do mundo” onde os *mass media* configuram os acontecimentos como uma “fábula”, uma intriga tecida e figurada pelos jogos de linguagem que são inerentes ao jornalismo e que mais do que representar meramente a realidade, despertando efeitos fácticos, a enquadram sob determinados ângulos, a moldam, a configuram, a instituem, atribuindo-lhes de forma selectiva singularidades e características peculiares. Para Vattimo, o *princípio de realidade* sofre, com efeito, uma certa erosão, um desgaste, uma certa rarefacção, pois o campo da comunicação já não tende para a *auto-transparência*, direccionando-se, antes, para a *fabulação*, para uma lógica hermenêutica. Vivemos, assim, uma experiência de segunda ordem, uma experiência onde a realidade do mundo da vida se mescla com a ficção. Os enunciados dos *media* não se resumem, deste modo, a um puro *estado de coisas* ou estado *mimético*, mas assumem uma certa pluralidade, uma certa *artificialidade*. As narrativas jornalísticas, tal como as narrativas históricas ou outras, são apenas o resultado daquilo que o narrador-jornalista configura como objecto de percepção, como *acontecimento discursivo*.

Por conseguinte, quando um determinado escândalo se converte em acontecimento mediático, constitui-se um complexo processo de comunicação que consiste num rol subsequente de revelações, acusações, reacções de defesa, que têm uma característica essencial: os acontecimentos são moldados pelos jornalistas e as estórias são criadas e reportadas tendo em conta determinados “códigos narrativos” (Canel & Sanders, 2007, p. 50). Ora, um dos “códigos narrativos” ou “recursos expressivos” (Prior, 2016) da anatomia do escândalo mediático que pretendemos evidenciar é a personalização ou *modo de figuração* das personagens envolvidas. Como referiu Tzvetan Todorov, as personagens não podem existir fora da acção e, por outro lado, não pode haver acção sem personagens (Todorov, 1970, p. 120), já que são as personagens que desempenham determinadas acções no enredo recriado, fazendo progredir a narrativa. Tomemos o exemplo da cobertura jornalística do depoimento do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao juiz responsável pela *Operação Lava Jato*, Sérgio Moro, por parte de duas revistas brasileiras, *Veja* e *IstoÉ*.



Figura 1. Revista *Veja*, 10/05/2017. Revista *IstoÉ* 05/05/2017.

O acontecimento é imagética e discursivamente instituído mediante a categoria do conflito entre duas personagens de certa forma antagónicas: de um lado o juiz Sérgio Moro, figurando como símbolo de um Brasil que luta contra a corrupção; do outro o réu, Lula da Silva, figura central da *Operação Lava Jato*. Através de recursos linguísticos (“ajuste de contas”, “encontro cara a cara” e icónicos assentes na metáfora da luta, o boxe na manchete da revista *IstoÉ*, a luta livre mexicana no caso da revista *Veja*, o narrador-jornalista configura o acontecimento como uma luta entre a moralização da vida pública e a corrupção endémica que afecta a vida social e política do Brasil. Também se vislumbra uma certa judicialização da política, pois o juiz que deveria de ser árbitro no processo, é apresentado como adversário do acusado, como antagonista directo, o herói responsável pela purificação da política brasileira. Assim, no caso da cobertura mediática de escândalos políticos, essa figuração simplificada cria heróis e vilões, bons e maus, transgressores e “purificadores”, culpados ou inocentes, na maioria das vezes antes da sentença e devido ao facto de os *media*, quase sempre, se anteciparem ao inquérito judicial, propiciando verdadeiros julgamentos de opinião pública. Já o ex-presidente é alvo de uma cobertura eminentemente negativa, construindo-se um imaginário mediante representações imagéticas, caricaturas, que condicionam a atenção do leitor, apresentando Lula da Silva como culpado ainda antes da sentença.



Figura 2. Revista *Veja*, 04/11/2015. Revista *Isto É*, 09/09/2016.

Mas é importante referir que as personagens que integram as narrativas fácticas sobre escândalos são sempre uma construção semântica, um produto de ardis enunciativos e de artimanhas linguísticas que permitem ao leitor, consciente ou inconscientemente, construir um determinado carácter acerca dessas personagens. São *dramatis personae*, construções linguísticas, representações sociais restringidas a meros adjetivos, descrições incompletas, redutoras, numa espécie de *mimesis* rudimentar (Mesquita, 2002, p. 126) pautada por critérios de verosimilhança que na maioria das vezes cria personagens estereotipadas. As personagens que integram as narrativas mediáticas sobre escândalos políticos são, assim, figuras de papel, figuras fabricadas pelo discurso que apenas guardam uma relação tangencial com a pessoa real.

Um outro aspecto que importa evidenciar, ainda que pareça óbvio, é o facto da linguagem jornalística não recriar exactamente o mundo da vida, o real. Ela apenas consegue recompor essa realidade, produzindo um discurso verosímil, um efeito de realidade. Esse efeito de real ou de realidade é possibilitado por uma série de recursos linguísticos e dispositivos indexicais da linguagem, como advérbios de tempo e de lugar que fixam o discurso jornalístico no *aqui* e no *agora* (Motta, 2013, p. 199), proposições, testemunhos e citações que conferem veracidade ao discurso e demais estratégias de referenciação que visam ancorar o relato jornalístico no *real*.

Todavia, o que aqui também pretendemos sublinhar é a produção de efeitos de sentido estéticos que o escândalo mediático evidencia. O escândalo é um fenómeno eminentemente dramático e a composição da intriga acaba por ser fortemente impregnada pela subjectividade, quer no momento da enunciação, quer no acto de recepção por parte do leitor/espectador, ainda que a enunciação jornalística seja, naturalmente, caracterizada pela autenticidade expressiva do locutor. Deste modo, deve acrescentar-se que a configuração narrativa dos escândalos mediáticos é fortemente marcada ou caracterizada por contextos pragmáticos e pelas pretensões do narrador no momento de costurar o acontecimento. Assim, as narrativas sobre escândalos políticos não são, com efeito, ingénuas ou

construídas aleatoriamente, mas são, antes, caracterizadas pela atitude argumentativa do locutor, pelas conexões que o narrador estabelece entre os eventos, pelos seus propósitos, interesses e intenções comunicativas e, naturalmente, pelos efeitos de sentido que a linguagem acaba por evocar nos destinatários.

Para captar a atenção do leitor, o jornalismo recorre a uma infinidade de recursos de linguagem e figuras de estilo que produzem efeitos simbólicos, conduzindo o leitor a interpretações subjectivas e possibilitando, simultaneamente, uma certa fruição estética.



Figuras 3 e 4. Na edição de 16/03/2016, a revista *Veja* ilustrou a manchete com uma metáfora entre a figura mitológica da Medusa, retratada pelo pintor italiano Caravaggio em *Medusa* (1597), e o ex-presidente Lula. De referir que a expressão Jararaca foi proferida pela próprio Lula aquando da sua detenção para interrogatório: “Se quiseram matar a jararaca, não fizeram direito, pois não bateram na cabeça, bateram no rabo, pois a jararaca está viva”, referiu o ex-presidente. Na manchete, o ex-presidente é retratado com expressão de raiva ou fúria, numa capa icónica que ilustra as supostas tentativas de Lula para escapar da prisão.

De facto, é interessante constatar como as narrativas mediáticas sobre escândalos estão fortemente impregnadas de jogos de linguagem, de efeitos de sentido que despertam uma certa experiência estética no momento da sua recepção e apreensão, independentemente da necessária aproximação do discurso produzido à realidade objectiva, referencial. Tal significa que qualquer versão sobre o real, sobre o acontecimento, é uma interpretação dele, e qualquer versão pode trair porque é uma versão entre outras possíveis: não é o facto em si mesmo” (Motta, 2013, p. 40), é apenas a sua cristalização através de esquemas *artefactuais*, artificiais. Recorrendo a estratégias de referenciação, o *medium* procura despertar nos destinatários o efeito de real no sentido de convencer o leitor de que aquilo que é narrado encontra relação com a realidade. Porém, e uma vez que o escândalo político é, por si só, um acontecimento que acciona os dispositivos da dramaticidade, adaptando-se facilmente à máquina narrativa de produção de efeitos estéticos que visam capturar e reter a atenção pública, a linguagem jornalística recorre frequentemente a estratégias de produção de efeitos de sentido poéticos que convidam o leitor a interpretações subjectivas e

que, por outro lado, despertam o seu interesse e a sua curiosidade em seguir uma trama disruptiva que altera o fluxo da normalidade, que rompe com o equilíbrio do sistema político e, porque não dizê-lo, do próprio campo jornalístico, das suas rotinas e, não raras vezes, dos seus pressupostos éticos. Consequentemente, o discurso jornalístico acaba por ser pautado por uma forte carga subjectiva, estética, aprazível que, todavia, permite ao leitor apreender a mensagem recorrendo a quadros conceptuais, ou *frames*, com os quais está devidamente familiarizado.



Figura 5. Exemplos do recurso à intertextualidade, um meio técnico ou artístico ao qual o jornalismo recorre para despertar os chamados efeitos de sentido estéticos e o necessário envolvimento emocional da audiência. A intertextualidade no jornalismo caracteriza-se pela apropriação de textos ou de elementos de outros géneros, por exemplo, literários ou cinematográficos. Trata-se do estabelecimento de um quadro conceptual que pode ser intuitivamente apreendido pelo espectador, já que recorre a determinados estereótipos e esquemas mentais previamente instituídos. Nos exemplos referidos, Lula da Silva é, por exemplo, comparado ao protagonista do filme *The Godfather*, como se fosse o “poderoso chefe” ou o padrinho do esquema de corrupção investigado pela *Lava Jato*. Na manchete da revista *Visão*, os dirigentes políticos são comparados aos criminosos do filme *Reservoir Dogs*, de Quentin Tarantino, numa reportagem sobre o esquema de financiamento das campanhas autárquicas em Portugal.

Considerações finais

A cultura mediática é uma realidade manufacturada, é uma realidade em “segunda mão” e o escândalo não espaça à lógica de maquilhagem e *artefactualidade*, nas palavras de Jacques Derrida, própria do campo dos *media*. A realidade do mundo da vida é mediada por esquemas comunicacionais que seleccionam, enquadram, moldam e, em alguns casos, deformam a própria realidade, substituindo-a. Mediante uma gama de procedimentos hierárquicos, selectivos e artificiais, a textura do discurso jornalístico sobre escândalos é, não apenas enformada, mas também deformada por narrativas noticiosas que muitas vezes convertem o fictício em actualidade e, conseqüentemente, em realidade.

Não obstante, com este excuro, não pretendi tratar todas as questões suscitadas pela configuração do escândalo mediático operada pelo *dispositivo mediático de informação*. A minha intenção foi mais despreziosa e visou, apenas, chamar a atenção para alguns aspectos e pistas analíticas que são interessantes observar na configuração, refiguração e enquadramento dos escândalos mediáticos. Evidenciei aspectos essencialmente relacionados com a *personalização* e com a *dramaticidade* do escândalo, bem como algumas estratégias de produção de efeitos de realidade e de efeitos de sentido estéticos ou poéticos. Será, porém, interessante, noutros trabalhos, analisar a serialidade dos escândalos mediáticos, o seu desdobramento em episódios, a temporalidade ou experiência do tempo, bem como outras questões suscitadas pela experiência intersubjectiva da poética jornalística e que, a nosso ver, também fazem parte da anatomia do escândalo mediático.

Referências

- Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Canel, M. J. & Sanders, K. (2006). *Morality tales: political scandals and journalism in Britain and Spain in the 1990s*. Broadway: Hampton Pres.
- Derrida, J. & Stiegler, B. (1996). *Échographies de la télévision*. Paris: Galilée.
- Entman, R. (2012). *Scandal and silence: media responses to social misconduct*. Cambridge: Polity Press.
- Figueiredo, C. (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand.
- Habermas, J. (2006). *Historia y crítica de la opinión pública; la transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Luhmann, N. (2006). Complexidade societal e opinião pública. In N. Luhmann, *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Editora Veja, Coleção Passagens.
- Markovits, A. & Silverstein, M. (1988). *The politics of scandal: power and process in liberal democracies*. New York: Holmes & Meier Publishers.
- Mesquita, M. (2002). Personagem jornalística: da narratologia à deontologia. In M. Mesquita, *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB.

- Nyhan, B. (2014). Scandal potential: how political context and news congestion affect the president's vulnerability to media scandal. *B.J.Pol.S.* 45, 435-466. Cambridge University Press.
- Prior, H. (2016). *Esféra pública e escândalo político: a face oculta do poder*. Porto: Media XXI.
- Prior, H. (2018). Escândalo político e narratologia: tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato. *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, 25(1), 1-25. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/28191>.
- Ricoeur, P. (1985). *Temp et récit III: le temps raconté*. Paris: Le Seuil.
- Sánchez, J. (1995). *Detrás del escándalo político: opinión pública, dinero y poder em españa del siglo XX*. Barcelona: Tusquets Editores.
- Thompson, J. (2001). *El escándalo político: poder y visibilidad em la era de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós.
- Todorov, T. (1970). *As estruturas narrativas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Vattimo, G. (1992). *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Waisbord, S. R. (2004). Scandals, media, and citizenship in contemporary Argentina. *American Behavioral Scientist*, 47(8), 1072-1098.